

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Primeira Câmara Criminal 1ª Turma

Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8002523-85.2021.8.05.0036

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma

APELANTE: VICTOR EDUARDO RIBEIRO GUIMARAES

Advogado (s): MANOEL APRIGIO DA SILVEIRA NETO, ANA PAULA MATOS
MAGALHAES SANTOS SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

ACORDÃO

APELAÇÃO CRIME. TRÁFICO DE DROGAS. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. DESCABIMENTO. ABSOLVIÇÃO. DESCABIMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. ALEGAÇÃO VAZIA. PRELIMINAR REJEITADA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. REJEIÇÃO. DEPÓSITO DE DROGAS EM RESIDÊNCIA. CONDUTA TÍPICA. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA POSSE PARA CONSUMO PRÓPRIO. REJEIÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO QUE INDICAM A TRAFICÂNCIA. ATENUANTE DA CONFISSÃO. PENA BASILAR NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. SÚMULA 231 DO STJ. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, §4º, DA LEI DE DROGAS. EXISTÊNCIA DE INVESTIGAÇÕES EM CURSO. APELANTE QUE SEQUER FORA INDICIADO. REFERÊNCIA GENÉRICA A “DADOS POLICIAIS” QUE INDICARIAM SER ELE INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA PARA AFASTAR A APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

1. Apelante condenado à pena de 05 anos de reclusão, além de 500 dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 33, da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas), por ter, no

dia 21/10/2021, sido flagrado, no interior de sua residência, tendo em depósito 607g de maconha.

2. Com relação à alegada inépcia da denúncia, pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que “a prolação de sentença condenatória esvai a análise do pretendido reconhecimento de inépcia da denúncia. Isso porque, se, após toda a análise do conjunto fático-probatório amealhado aos autos ao longo da instrução criminal, já houve um pronunciamento sobre o próprio mérito da persecução penal (denotando, ipso facto, a plena aptidão da inicial acusatória), não há mais sentido em se analisar eventual inépcia da denúncia” (STJ – AgRg no HC n. 753.802/SC, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 23/8/2022, DJe de 30/8/2022.) Assim, totalmente impertinente a preliminar aventada pelo Apelante, principalmente porque todos os requisitos exigidos pelo art. 41, do CPP, foram devidamente atendidos, eis que a denúncia descreveu um fato típico e narrou suficientemente todas as circunstâncias fáticas que envolveram a prática do delito, não sendo, por conta disso, inepta.

3. A simples leitura da dinâmica dos fatos possibilita assegurar que, ao reverso do quanto defendido, a conduta do Apelante é típica, pois, embora não flagrado em atos direto de mercancia, tinha, em depósito, considerável quantidade de entorpecente, sendo de conhecimento comum que, “para a configuração do delito de tráfico de drogas, não é necessária prova da mercancia, tampouco que o agente seja surpreendido no ato da venda do entorpecente – até porque o próprio tipo penal aduz “ainda que gratuitamente” –, bastando, portanto, que as circunstâncias em que se desenvolveu a ação criminosa denotem a traficância” (STJ – AgRg no AREsp 1580132/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 28/05/2020).

4. Igual destino tem o pleito alternativo de desclassificação para o crime de posse de droga para consumo próprio. Como já decidido pelo STJ, “nos termos do art. 28, § 2º, da Lei n. 11.343/2006, não é apenas a quantidade de drogas que constitui fator determinante para a conclusão de que a substância se destinava a consumo pessoal, mas também o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e os antecedentes do agente” (AgRg no AREsp 1740201/AM, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 24/11/2020).

5. No caso presente, a prova indicou que foram encontrados 607g de maconha, dispostos em 02 tabletes, tendo o Apelante confessado que utilizava a droga não só para consumo pessoal, mas também a vendia em pequenas quantidades, narrando, com detalhes, como efetuava a venda, circunstâncias que autorizam, por óbvio, o afastamento do tipo do art. 28, da Lei nº 11.343/06.

6. A pena basilar foi fixada em 05 anos de reclusão, tendo o Magistrado de Piso deixado de valorar a atenuante da confissão em razão da Súmula 231, do STJ, não havendo qualquer reparo a ser feito.

7. Importante registrar que o STJ tem reiterado sua jurisprudência “no sentido de que a causa de diminuição referente ao tráfico privilegiado não pode ter sua aplicação afastada com fundamento em investigações preliminares ou processos criminais em andamento, mesmo que estejam em fase recursal, sob pena de violação ao art. 5º, LIV, da Constituição Federal” (STJ – AgRg no AgRg no AREsp n. 2.036.615/MA, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 16/9/2022).

8. No particular, embora o Sentenciante indique que “investigações preliminares” apontam o Apelante como “possíveis autores dos homicídios

das vítimas Clélio Xavier Pinto Filho e Matheus Silva Maia, vulgo Matheuzinho, além de homicídio tentado contra a vítima Carlos Ayrán Oliveira Brito, vulgo “CASARÃO”, mediante emprego de arma de fogo, fato ocorrido no dia 30/09/2021, com apuração nos respectivos procedimentos (conf. 8002203-35.2021.8.05.0036)”, compulsando-se os autos de nº 8002203-35.2021.8.05.0036, infere-se que o IP nº 165/2021 foi concluído, tendo a Autoridade Policial indiciado, apenas, o indivíduo RONALD ANDRADE NOGUEIRA JÚNIOR, morto, inclusive, em confronto com a polícia. Assim, se, antes, nos termos do quanto decidido pelo STJ, tal investigação não poderia servir de base para afastar a causa de diminuição da pena, agora, encerrado o inquérito e não indiciado o Recorrente, ainda mais razão lhe assiste, não havendo impedimento ao reconhecimento do tráfico privilegiado por tal critério.

9. O benefício também foi negado porque, segundo o Sentenciante “dados policiais indicam a participação de Vitor Eduardo Ribeiro Guimarães, vulgo “Xena”, e Ronald Andrade Nogueira Júnior, vulgo “Nogueira”, junto com João Pedro de Brito, vulgo Peu, e Breno Oliveira, vulgo Loirão, os quais agem em unidade de desígnios e divisão de tarefas para a prática do tráfico ilícito de drogas”. Entretanto, não se sabe em quais elementos se baseou o Magistrado para fazer referência a “dados policiais”, já que não indicou um dado concreto que indicasse o Apelante como integrante da organização criminosa, pelo que entendo que o mesmo faz jus ao reconhecimento do tráfico privilegiado.

10. Recurso provido em parte, redimensionando-se a pena do Apelante.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de apelação criminal nº 8002523-85.2021.8.05.0036, de Caetité- BA, na qual figura como apelante VITOR EDUARDO RIBEIRO GUIMARÃES; e apelado o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

Acordam os Desembargadores integrantes da Primeira Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao apelo, pelas razões alinhadas no voto do relator.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA

DECISÃO PROCLAMADA

Conhecido e provido em parte Por Unanimidade
Salvador, 17 de Outubro de 2022.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Primeira Câmara Criminal 1ª Turma

Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8002523-85.2021.8.05.0036

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma

APELANTE: VICTOR EDUARDO RIBEIRO GUIMARAES

Advogado (s): MANOEL APRIGIO DA SILVEIRA NETO, ANA PAULA MATOS
MAGALHAES SANTOS SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

RELATÓRIO

Cuidam os autos de apelação criminal interposta por VITOR EDUARDO RIBEIRO GUIMARÃES contra sentença proferida nos autos da Ação Penal nº 8002523-85.2021.8.05.0036, que o condenou, pela prática do crime previsto no art. 33, da Lei de Drogas, a uma pena total de 05 anos de reclusão, além de 500 dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Nas razões apresentadas, suscita preliminar de inépcia da denúncia, vez que a mesma “não apresenta os seus elementos constitutivos previstos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal”.

No mérito, sustenta que a conduta do Apelante seria atípica, pois o mesmo não praticou nenhuma das condutas descritas no art. 33, da Lei de Drogas, consignando que ficou claro, “durante a instrução criminal que o Apelante, possuía o produto ilícito para consumo próprio, pois o mesmo é usuário de droga ilícita”.

Segue alegando que a droga apreendida seria voltada ao consumo pessoal,

razão pela qual pugnou pela desclassificação para o tipo do art. 28, do mesmo diploma legal, requerendo, ainda, a aplicação da causa de diminuição da pena prevista no art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/06.

Quanto à dosimetria da pena, alegou que houve confissão espontânea, razão pela qual a reprimenda deveria ser atenuada, na forma do art. 65, III, "a", do Código Penal, reclamando, ainda, que lhe seja reconhecido o direito de recorrer em liberdade.

Contrarrazões recursais apresentadas, pugnando o Ministério Público pelo improvimento do apelo.

Remetidos os autos a esta Corte, foram os mesmos distribuídos por prevenção ao HC nº 8007619-58.2022.8.05.0000.

Encaminhado o feito à Procuradoria de Justiça, a mesma, por meio de parecer de id. 34369867, opinou pelo improvimento do apelo.

Após conclusão para análise, elaborou-se o relatório competente, que restou submetido ao crivo da revisão.

É o que importa relatar.

Salvador/BA, 25 de setembro de 2022.

Des. Luiz Fernando Lima – 1ª Câmara Crime 1ª Turma
Relator

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Primeira Câmara Criminal 1ª Turma

Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 8002523-85.2021.8.05.0036

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma

APELANTE: VICTOR EDUARDO RIBEIRO GUIMARAES

Advogado (s): MANOEL APRIGIO DA SILVEIRA NETO, ANA PAULA MATOS
MAGALHAES SANTOS SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

VOTO

Conheço do recurso, uma vez que presentes os requisitos próprios da espécie.

DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA

Com relação à alegada inépcia da denúncia, pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que “a prolação de sentença condenatória esvai a análise do pretendido reconhecimento de inépcia da denúncia. Isso porque, se, após toda a análise do conjunto fático-probatório amealhado aos autos ao longo da instrução criminal, já houve um pronunciamento sobre o próprio mérito da persecução penal (denotando, ipso facto, a plena aptidão da inicial acusatória), não há mais sentido em se analisar eventual inépcia da denúncia” (STJ – AgRg no HC n. 753.802/SC, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 23/8/2022, DJe de 30/8/2022.)

Assim, totalmente impertinente a preliminar aventada pelo Apelante, principalmente porque todos os requisitos exigidos pelo art. 41, do CPP, foram devidamente atendidos, eis que a denúncia descreveu um fato típico e narrou suficientemente todas as circunstâncias fáticas que envolveram a prática do delito, não sendo, por conta disso, inepta.

Dai porque rejeita-se a preliminar.

DA ATIPICIDADE DA CONDUTA

Segundo consta da sentença recorrida, “no dia 21/10/2021, por volta das 6 horas, no interior da residência situada na Travessa Monte das Oliveiras, nº 70, Bairro Alto do Cristo, Caetité, BA, constatou-se que o Denunciado adquiriu, tinha em depósito, vendia, entregava a consumo e fornecia drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Detalha que, no dia e horário mencionados, Policiais Civis, dando cumprimento ao Mandado de Prisão Temporária e Busca e Apreensão expedido pelo Juízo Criminal desta Comarca nos autos do processo de nº 8002203-35.2021.805.0036, dirigiram-se até a residência do Denunciado, onde encontraram, no quarto dele, sobre a cama, um tablete da droga cannabis sativa (vulgarmente conhecida como maconha) prensada, uma balança digital, sem marca aparente, SF – 400, cor branca, em perfeito estado de funcionamento, e uma faca doméstica com 23 cm de comprimento. Encontraram,

ainda, sobre a laje do banheiro do imóvel, um tablete da mesma droga e uma minibalança digital, sem marca e modelo aparentes, cor prata, também funcionando. Esclarece que as porções da droga cannabis sativa encontradas, as quais, juntas, totalizaram 607g (seiscentos e sete gramas), e os demais itens acima indicados foram apreendidos na ocasião, conforme se extrai dos Auto Circunstanciado de Busca Domiciliar com Arrecadação de Provas e Auto de Exibição e Apreensão, porém o Denunciado não foi localizado durante a diligência. O Denunciado adquiria a droga cannabis sativa, na forma de tijolos prensados e, após, fracionava-os, pesava as porções individualizadas para consumo e as revendia aos usuários de drogas deste município”.

Discorrendo sobre a autoria delitiva, o Magistrado sentenciante argumentou que “os policiais civis ARMANDO DE ALMEIDA SILVA e HERYCO ARLINDO COSTA BOA SORTE, que participaram das diligências que culminaram na apreensão do material ilícito e na prisão do réu, prestaram depoimentos coerentes e seguros acerca das circunstâncias em que se deram os fatos noticiados na denúncia, tendo, inclusive, demonstrado unicidade com os testemunhos dados na delegacia de polícia.

Cabe pontuar que o segundo agente esclareceu que haviam notícias de tráfico de drogas no local e apontavam o acusado como traficante, associado a outros indivíduos, o que teria justificado a expedição e o cumprimento de mandado de busca e apreensão judicial. No dia e hora, estando no endereço diligenciado, os agentes foram atendidos por familiar do réu, que, inclusive, não esboçou surpresa com a ação policial em razão do suposto envolvimento dele com o tráfico de drogas.

Foi observado que houve certa demora para atendimento da moradora do imóvel, que ocorreu somente após insistência da polícia, certamente para facilitar a fuga do acusado que não foi encontrado naquela ocasião. Conquanto isso, a disposição de parte do entorpecente, uma balança de precisão e uma faca com vestígios de maconha, achados em cima de uma cama do acusado, sugerem que ele realmente se evadiu às pressas quando percebeu a presença policial.

Com a vistoria no imóvel, ainda foi encontrado outro tablete de maconha prensada, bem como mais uma balança de precisão, que estavam escondidos sobre a laje do banheiro, também no quarto utilizado pelo réu.

Em que pese a prisão do acusado não tenha acontecido durante a incursão inicial, mas após os agentes receberem a informação de um colaborador de que ele estaria escondido em uma casa abandonada próxima à sua residência, quando, então, os policiais retornaram ao local e avistaram o réu saltando muros em fuga, no entanto, foi alcançado e preso”.

A simples leitura da dinâmica dos fatos possibilita assegurar que, ao reverso do quanto defendido, a conduta do Apelante é típica, pois, embora não flagrado em atos direto de mercancia, tinha, em depósito, considerável quantidade de entorpecente, sendo de conhecimento comum que, “para a configuração do delito de tráfico de drogas, não é necessária prova da mercancia, tampouco que o agente seja surpreendido no ato da venda do entorpecente – até porque o próprio tipo penal aduz “ainda que gratuitamente” –, bastando, portanto, que as circunstâncias em que se

desenvolveu a ação criminosa denotem a traficância” (STJ – AgRg no AREsp 1580132/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 28/05/2020).

Rejeita-se, desta forma, a alegação de atipicidade da conduta.

DO PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA POSSE PARA CONSUMO PESSOAL

Igual destino tem o pleito alternativo de desclassificação para o crime de posse de droga para consumo próprio.

Como já decidido pelo STJ, “nos termos do art. 28, § 2º, da Lei n. 11.343/2006, não é apenas a quantidade de drogas que constitui fator determinante para a conclusão de que a substância se destinava a consumo pessoal, mas também o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e os antecedentes do agente” (AgRg no AREsp 1740201/AM, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 24/11/2020).

No caso presente, a prova indicou que foram encontrados 607g de maconha, dispostos em 02 tabletes, tendo o Apelante confessado que utilizava a droga não só para consumo pessoal, mas também a vendia em pequenas quantidades, narrando, com detalhes, como efetuava a venda, circunstâncias que autorizam, por óbvio, o afastamento do tipo do art. 28, da Lei nº 11.343/06.

Nega-se, desta forma, mais este pedido reformatório, passando-se à análise da dosimetria.

DA DOSIMETRIA DA PENA

A pena basilar foi fixada em 05 anos de reclusão, tendo o Magistrado de Piso deixado de valorar a atenuante da confissão em razão da Súmula 231, do STJ, não havendo qualquer reparo a ser feito.

Com efeito, mesmo que não tivesse sido a basilar aplicada no mínimo legal, havendo circunstâncias atenuantes, estas podem suavizar a pena até o limite do mínimo legalmente estabelecido, devendo incidir o quanto estabelecido na Súmula 231, do STJ, pela qual “a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal”.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO SISTEMA RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. (...) DOSIMETRIA. DELITO PATRIMONIAL. PENA-BASE. FIXAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO CONCRETA. MENÇÃO A CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS AO FATO CRIMINOSO PRATICADO. CONFISSÃO PARCIAL. INCIDÊNCIA DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE DA ALÍNEA D DO INCISO III DO ARTIGO 65 DO CÓDIGO

PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL. ENUNCIADO 231 DA SÚMULA DESTES SODALÍCIO. (...) 2. Pacificou-se o entendimento de que se a confissão do agente é um dos fundamentos da condenação, a aludida circunstância deve ser aplicada, sendo irrelevante se foi espontânea ou não, total ou parcial, ou mesmo se houve posterior retratação. Enunciado 545 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça. 3. Na espécie, embora a parcialidade da confissão do acusado não configure óbice à aplicação da atenuante, não é possível a redução de sua sanção abaixo do mínimo legal, consoante o disposto no verbete 231 da Súmula destes Sodalício (...)" (STJ – HC n. 387.747/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 14/9/2017, DJe de 20/9/2017)

DO RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO

O Magistrado Sentenciante negou o reconhecimento da causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, nos seguintes termos:

“Para que se possa cogitar a incidência da causa de diminuição que ficou conhecida como a figura do traficante privilegiado é imprescindível verificar a presença ou não dos requisitos previstos no § 4º do artigo 33 da Lei 11.343/2006, quais sejam: ser o agente primário, de bons antecedentes, não dedicado às atividades criminosas e nem integrante de organização criminosa.

No caso dos autos, dados policiais indicam a participação de Vitor Eduardo Ribeiro Guimarães, vulgo “Xena”, e Ronald Andrade Nogueira Júnior, vulgo “Nogueira”, junto com João Pedro de Brito, vulgo Peu, e Breno Oliveira, vulgo Loirão, os quais agem em unidade de desígnios e divisão de tarefas para a prática do tráfico ilícito de drogas.

As investigações preliminares também os apontam como possíveis autores dos homicídios das vítimas Clélio Xavier Pinto Filho e Matheus Silva Maia, vulgo Matheuzinho, além de homicídio tentado contra a vítima Carlos Ayrán Oliveira Brito, vulgo “CASARÃO”, mediante emprego de arma de fogo, fato ocorrido no dia 30/09/2021, com apuração nos respectivos procedimentos (conf. 8002203–35.2021.8.05.0036).

Desse modo, restou atestado que o acusado é associado a graves delitos em prol do grupo criminoso e que atua para garantir a hegemonia do tráfico de drogas local, tendo ele plena ciência de fornecedores e membros com funções específicas na organização. Portanto, incabível a aplicação da causa especial de diminuição.”

Quanto ao ponto, importante registrar que o STJ tem reiterado sua jurisprudência “no sentido de que a causa de diminuição referente ao tráfico privilegiado não pode ter sua aplicação afastada com fundamento em investigações preliminares ou processos criminais em andamento, mesmo que estejam em fase recursal, sob pena de violação ao art. 5º, LIV, da Constituição Federal” (STJ – AgRg no AgRg no AREsp n. 2.036.615/MA, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 16/9/2022).

No particular, embora o Sentenciante indique que “investigações preliminares” apontam o Apelante como “possíveis autores dos homicídios das vítimas Clélio Xavier Pinto Filho e Matheus Silva Maia, vulgo Matheuzinho, além de homicídio tentado contra a vítima Carlos Ayrán

Oliveira Brito, vulgo "CASARÃO", mediante emprego de arma de fogo, fato ocorrido no dia 30/09/2021, com apuração nos respectivos procedimentos (conf. 8002203-35.2021.8.05.0036)", compulsando-se os autos de nº 8002203-35.2021.8.05.0036, infere-se que o IP nº 165/2021 foi concluído, tendo a Autoridade Policial indiciado, apenas, o indivíduo RONALD ANDRADE NOGUEIRA JÚNIOR, morto, inclusive, em confronto com a polícia.

Assim, se, antes, nos termos do quanto decidido pelo STJ, tal investigação não poderia servir de base para afastar a causa de diminuição da pena, agora, encerrado o inquérito e não indiciado o Recorrente, ainda mais razão lhe assiste, não havendo impedimento ao reconhecimento do tráfico privilegiado por tal critério.

O benefício também foi negado porque, segundo o Sentenciante "dados policiais indicam a participação de Vitor Eduardo Ribeiro Guimarães, vulgo "Xena", e Ronald Andrade Nogueira Júnior, vulgo "Nogueira", junto com João Pedro de Brito, vulgo Peu, e Breno Oliveira, vulgo Loirão, os quais agem em unidade de desígnios e divisão de tarefas para a prática do tráfico ilícito de drogas".

Entretanto, não se sabe em quais elementos se baseou o Magistrado para fazer referência a "dados policiais", já que não indicou um dado concreto que indicasse o Apelante como integrante da organização criminosa, pelo que entendo que o mesmo faz jus ao reconhecimento do tráfico privilegiado, diminuindo-se a pena em $\frac{1}{2}$, em razão da quantidade considerável de droga apreendida.

Assim, fica a pena do Apelante definitivamente estabelecida em 02 anos e 06 meses de reclusão, além de 250 dias-multa, no valor arbitrado na sentença, a ser cumprida em regime inicial aberto, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, a serem fixadas pelo Juízo da Execução.

Concede-se ao Recorrente o direito de recorrer em liberdade, determinando-se, assim, a expedição de ALVARÁ DE SOLTURA, devendo o mesmo ser imediatamente posto em liberdade, caso não esteja preso por outro motivo.

CONCLUSÃO

Firme em tais considerações, voto pelo conhecimento e PARCIAL PROVIMENTO do apelo interposto, redimensionando-se a pena do Apelante para 02 anos e 06 meses de reclusão, além de 250 dias-multa, no valor arbitrado na sentença, a ser cumprida em regime inicial aberto, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, a serem fixadas pelo Juízo da Execução.

Salvador/BA, 21 de outubro de 2022.

Des. Luiz Fernando Lima – 1ª Câmara Crime 1ª Turma
Relator

A07-LV